

A “DISCIPLINA” FILOSOFIA COMO PROMOTORA DO DEBATE SOBRE IGUALDADE E DIFERENÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Sérgio Fernando Maciel Corrêa¹

RESUMO: O artigo que apresentamos ao leitor é a exposição formal da memória das atividades realizadas durante o curso de aperfeiçoamento *UNIAFRO* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todas as intervenções pedagógicas aconteceram com a primeira turma do Ensino Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio do *Campus* de Sapiranga –RS, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). Optamos por relatar o desempenho das quatro práticas em sala de aula que o curso de aperfeiçoamento propôs aos cursistas. Ante a este fato, prevenimos que se trata de texto expositivo-reflexivo e não de uma pesquisa científica rigorosa. Salientamos ainda que o êxito de todo o trabalho pedagógico aconteceu devido ao envolvimento de vários colegas professores e suas respectivas disciplinas junto com os setores de ensino, pesquisa e extensão do *Campus*.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Igualdade; Preconceito; Filosofia; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: The article we present to the reader is the formal exposition of the memory of the activities performed during the improvement course *UNIAFRO* of the Federal University of Rio Grande do Sul. All pedagogical interventions happened to the first class of technical teaching at Electromechanics Integrated to high school of *Campus* de Sapiranga — RS of Federal Institute of Education, Science and Technology *Sul-Rio-Grandense* (IFSUL). We chose to report the performance of the four practices in the classroom that improvement course proposed to course participants. Faced with this fact, we warned that this is an expositive-reflective text and not a rigorous scientific research. We point out that the success of the entire pedagogical work was due to the involvement of several fellow teachers and their respective disciplines along with the educational sector, research and extension of the *Campus*.

KEYWORDS: Diversity; Equality; Prejudice; Philosophy; Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

O artigo que apresentamos pretende ser um relato acerca das práticas de ensino construídas com a turma do Curso Técnico em Eletromecânica integrado ao Ensino Médio a partir da disciplina de filosofia. Alertamos o leitor que algumas atividades se estenderam para além desta turma específica, abrangendo toda a comunidade escolar. Em linhas gerais, trata-se de um projeto pedagógico amplamente colaborativo, cuja marca é a interdisciplinaridade², porque diretamente envolveu quatro disciplinas: Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa e Iniciação ao Trabalho.

No interior das instituições de ensino, educadores se deparam com problemas referentes à fragmentação dos saberes, à falta de conexão entre os diversos ‘ramos’ do conhecimento. É a ideia de divisão, de isolamento e de segmentação do objeto do conhecimento defendida pelo cartesianismo no início da modernidade. Esta especialização dos saberes é apontada, por muitos estudiosos, como um dos fatores determinantes que levam à evasão escolar, ao fracasso na aprendizagem, à falta de base dos estudantes. Por isso mesmo a interdisciplinaridade não é um ato criativo, mas é um ato reativo a esta desconexão dos saberes e da crise que vive a educação formal: “Espera-se da prática interdisciplinar a superação desse quadro de supervalorização e de fragmentação das disciplinas” (FEITOSA, 2004, p. 89).

Por outro lado, diríamos que a filosofia é sempre propensa à abertura e à relação com as ciências, as técnicas e as artes. Essa natureza da filosofia é anterior ao seu disciplinamento na educação formal. Em vista disso, é quase que impossível

encerrar a filosofia como uma disciplina fechada dentro de um currículo. Porém, não cabe a este artigo a problematização desta visão de interdisciplinaridade e do disciplinamento da filosofia³. Com efeito, esta qualidade dialogal da filosofia se concretiza sempre a partir de conceitos e problematização desses mesmos conceitos. Nesta linha, o intuito da atividade aqui descrita foi dialogar com outras disciplinas a partir da problematização do conceito de raça e de racismo. Neste caso, concordamos com a passagem: "A filosofia não se fecha em si mesma, ensimesmada, mas abre-se sempre a outrem, busca a relação" (GALLO, 2004, p. 04). A iniciativa do relato que segue se deve também ao fato de que os direitos humanos são um tema transversal e coube à disciplina de filosofia a condução dos trabalhos a partir de uma perspectiva de diálogo e de problematização de conceitos e preconceitos com outras disciplinas.

O objetivo primário desta atividade interdisciplinar foi o de incrementar as práticas docentes e construir uma visão crítica e melhor embasada sobre a questão das Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola. Paralelo a isso, buscamos propagar uma reflexão na comunidade escolar sobre as questões de gênero e étnicas que caracterizam o público de estudantes que procura o ensino técnico. Também foi de nosso interesse mobilizar os colegas do curso de aperfeiçoamento *UNIAFRO* para conhecerem o "jovem" *Campus* Sapiranga do IFSul⁴, bem como convidá-los a apresentar aos seus estudantes a modalidade de ensino técnico e tecnológico que se faz presente na região de Sapiranga na modalidade de educação pública, gratuita e de qualidade por meio do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Portanto, esta atividade também teve um aspecto extensionista.

Todo processo teve sua relevância porque constatamos que os estudantes, em sua maioria, são relutantes com a questão do negro e das cotas raciais. Colhemos dos nossos estudantes, no início dos trabalhos, uma posição quase unânime de que a História não pode, de forma alguma, condicionar o presente e que, portando, “precisamos esquecer a História e construir a outra trajetória inédita, daqui para frente⁵”. Tratamos a política de cotas como uma política paliativa cuja relevância é reconhecer o erro histórico cometido pela sociedade brasileira. Consideramos relevante a necessidade legal de pôr em prática a Lei 10.639/2003 através de uma retomada histórica sobre a escravidão e a presença contemporânea do negro na sociedade. Acentuamos que história do negro está para além da escravidão e destacamos a relevância de sua cultura, de sua musicalidade, de sua religiosidade, etc. Estas questões partem do princípio de que a Disciplina de Filosofia em seu fazer precisa problematizar a ordem social e formas de conviver. Também o clássico tema filosófico da formação do caráter e da perspectiva da alteridade forneceu sentido à construção desta prática.

BASES TEÓRICAS E LEGAIS DE DISCUSSÃO

Em todo universo educativo é importante reconhecer e respeitar a diversidade no ofício de fazer e refazer a cada dia uma sociedade mais democrática através de ações educativas. Por isso, salientamos a necessidade de políticas afirmativas que procurem fomentar a igualdade de condições entre

os diferentes. Acreditamos em práticas educativas que conciliam os conceitos de diversidade e tolerância em busca de uma sociedade antirracista e tolerante. Sensível a estes aspectos os *Parâmetros Curriculares Nacionais* sugerem para o ensino de Filosofia: "Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural" (BRASIL, 2000, p.50). Da mesma forma cremos que esta pauta precisa estar na primeira ordem das políticas de Estado no processo de formação dos seus cidadãos. Por tal razão concordamos com o que Munanga escreve em um texto recente:

No plano político, o reconhecimento da diversidade cultural conduz à proteção das culturas minoradas. Por exemplo: as culturas indígenas da Amazônia e de outras partes do continente americano, que estão sendo destruídas, seja pelas invasões de seus territórios, seja ainda pela criação das reservas onde se acelera a deterioração das sociedades e dos indivíduos. Nos países da diáspora africana se coloca a mesma questão política do reconhecimento da identidade dos afrodescendentes (MUNANGA, 2014, p. 35).

O mesmo autor desenvolve, em outro texto, a noção de negritude, um conceito forjado no âmbito da escravidão dos povos africanos e da colonização da América, cuja função é a superação da carga de preconceitos e segregação que os negros enfrentam desde então. Porém, ainda há muito a ser discutido e atitudes precisam ser revistas para que as desigualdades e o racismo possam ser superados. Neste sentido a palavra

do professor Munanga vem ao encontro de muitas posições assumidas pelos estudantes no início do trabalho, mesmo sem conhecerem o debate em torno do conceito de negritude:

Uns consideram a negritude superada e ineficaz, pois a realidade colonial que a provocou não existe mais. Outros a entendem como uma extensão da linguagem racista branca que lhe deu origem: uma mistificação de natureza colonial, daí sua incapacidade de criar uma ruptura. Em outras palavras, o conceito de negritude assumiu a inferioridade do negro forjada pelo branco (MUNANGA, 1996, p. 06).

A formação de uma consciência política, no sentido da construção de um bem coletivo, é de interesse de qualquer sistema educativo que procura se legitimar perante a sociedade. Por isso, expor os estudantes a questão dos movimentos sociais, em especial o movimento negro, se faz pertinente para mobilizar os jovens e ao mesmo tempo “sacudir” velhas tradições que alguns supõem superadas, mas estão mais presentes do que nunca e continuam fundamentando desigualdades e preconceitos. Por este prisma Ghedin registra:

O ensino de filosofia no espaço escolar, além de ter o encargo de oferecer ao educando um referencial da cultura produzida pela disciplina em sua tradição histórica deve propor-lhe uma formação ético-política que lhe possibilite compreender significativamente as relações de poder presentes na sociedade atual e sua responsabilidade ética na humanização dessa sociedade (GHEDIN, 2009, p. 38).

Quando abordamos problemas específicos e atuais da questão do preconceito racial no Brasil concordamos com a posição de Munanga que no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* salienta as dificuldades do povo brasileiro em mobilizar-se na criação de uma sociedade mais igualitária e justa. Por certo não solucionaremos estas questões que estão nas "raízes do Brasil", mas exporemos através do ensino de filosofia, os estudantes a questões tão pertinentes de ordem política e ética:

Todos os movimentos sociais, incluído o dos negros, lutam pela justiça social e por uma redistribuição equitativa do produto coletivo. Numa sociedade hierarquizada como a brasileira, todos encontram dificuldades para mobilizar seus membros em torno da luta comum para transformar a sociedade. Os movimentos operários ainda não conseguiram mobilizar todos os seus membros, vítimas das relações de trabalho e de produção dentro da sociedade capitalista, ainda menos no seio de um capitalismo periférico, de escassa cidadania como o brasileiro (MUNANGA, 1999, p. 13).

A discussão sobre o conceito de raça e o racismo a ele inerente sempre ocuparam espaços na sociedade brasileira. Ora, esteve em pauta a tentativa de superação deste conceito; ora, na tentativa de justificá-lo, inclusive, em postulados científicos. Houve tempos em que os cientistas brasileiros, com base em teses eugenistas⁶ quiseram "melhorar" a raça do povo brasileiro, tratando do encontro de imigrantes

oriundos de sistemas sociais antagônicos e com hábitos culturais distintos, promovendo muito mais preconceito e exclusão do que uma sociedade brasileira “melhorada”. Este tema é amplamente discutido pela professora Simone Rocha no seu livro: *Eugenia no Brasil: Análise do Discurso Científico no Boletim da Eugenia: 1929-1933*. A autora destaca que:

Enquanto na Inglaterra, no final do século XIX, Francis Galton (1822-1911) cunhava o termo “eugenia”, como a ciência do melhoramento da espécie humana, no Brasil discutia-se a questão da imigração e miscigenação, entre os imigrantes com aqueles que já habitavam o país, inclusive os indígenas. Muitas vezes as propostas de medidas a serem tomadas incluíam mecanismos de seleção ou mesmo exclusão (ROCHA, 2014, p. 13).

O conceito de raça superior ou raça inferior pode não mais estar na linha de frente das pesquisas científicas, ou não ser relevante no debate público, ou ainda não servir mais para justificar ideologias racistas, mas num passado recente foi bastante usado. Por isso é importante sempre fazer memórias deste passado não muito distante, para que eventos recentes como o Nazismo fomentado na Alemanha dos anos trinta do século XX, o *Apartheid* da África do Sul nos anos quarenta e a limpeza étnica promovida na Sérvia em 1992 não venham manchar com outras roupagens a história da humanidade. Assim, concordamos com a hipótese dessa autora que apresenta o racismo “à brasileira” que, paradoxalmente, não admite

que é racista: "A questão é admitir que o racismo também está presente no Brasil... e que o negro é uma das vítimas prediletas desse racismo". (VALENTE, 1998, p. 17).

Diante do exposto, o processo didático-pedagógico do ensino de filosofia não se limita à reflexão sistemática, não é e não pode ser um exercício intelectual ou mero esforço cognitivo de caráter subjetivo, mas assumimos com Ghedin que "Ensinar filosofia só tem sentido como prática social, como ação política que intervém na interpretação e na situação do mundo em que vivemos" (GHEDIN, 2009, p. 52). Com este horizonte de questões tratamos então de construir a prática pedagógica.

METODOLOGIA DE ENSINO, DISCUSSÃO DE DADOS E RESULTADOS

O Primeiro Movimento: Encaminhamos as primeiras atividades com a turma de Ensino Técnico em Eletromecânica. Digo encaminhamos porque envolvemos neste encontro três disciplinas na construção dos trabalhos: Filosofia, Sociologia e Iniciação ao Trabalho. Com a intenção de contextualizar a discussão e incrementar os argumentos planejamos o encontro, que ocupou dois períodos, nos seguintes momentos:

— Debate para sondar a opinião dos estudantes sobre a questão racial na escola e no mercado do trabalho.

— Apreciação do vídeo cujo conteúdo eram imagens sensibilizadoras e a letra e a música "Carne" do artista Seu Jorge.

— Apresentação, comparação e debate sobre dados da escolarização e a presença do negro no mercado de trabalho.

— Divisão de grupos e encaminhamento das atividades de entrevista propostas no módulo I do curso de aperfeiçoamento.

O debate inicial foi planejado com o objetivo de fazer um diagnóstico da opinião dos estudantes sobre o conceito de raça, a questão das desigualdades, a formação do povo brasileiro e a questão das cotas. Trabalhamos com perguntas sobre o que eles entendiam por raça, a relação entre diferença e desigualdade e a “brasilidade” do brasileiro. Surgiram respostas como, por exemplo, que a raça poderia ser definida a partir do local onde a pessoa nasceu. Neste caso, o europeu seria uma raça, os africanos seriam outra raça etc... Na questão das desigualdades, os estudantes usaram inicialmente desigualdade como sinônimo de diferença. Contudo, alguns usaram a desigualdade como origem dos preconceitos e injustiças. Com relação ao povo brasileiro, destacou-se muito que a cultura festiva é o que define o povo brasileiro.

Porém, fomos interpelando as respostas e os estudantes concordaram que há muitas diferenças nas manifestações culturais brasileiras e que muitas vezes estas diferenças se traduzem em desigualdades. Neste momento da discussão, a imensa maioria da sala se colocou contra as cotas, usando o argumento que é uma questão de decisão e vontade pessoal de cada indivíduo ingressar numa instituição educacional ou fazer uma escolha profissional.

Em seguida, usamos o vídeo da música “A Carne”⁷. Em geral os estudantes fixaram o refrão e ficaram cantando repetidamente após a aula. Em nossa análise este momento cumpriu a sua função que era a de sensibilizar para a questão da desigualdade, da injustiça e a relação que elas estabelecem com a cor da pele das pessoas. Este tópico da aula preparou para o seguinte, que tinha por objetivo apresentar e discutir

os dados do ano de 2010, 2012 e 2013 sobre a questão escolar e trabalhista do negro no Brasil.

No penúltimo momento pedagógico do encontro, apresentamos a definição de desigualdade contida no Inciso II do Parágrafo Único do primeiro artigo da lei 12.288 de 2010 — O Estatuto da Igualdade Racial, que ora citamos aqui:

II — desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;⁸

Justificamos que a existência desta lei se deve a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que estão formalizados no terceiro artigo da Constituição Brasileira no seu inciso III, (explicamos a natureza da Constituição e um pouco da hierarquia das leis) que citamos aqui: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;”⁹

Assim iniciamos a apresentação dos dados de 2010. Com base em dados do IBGE de 2010 concluímos que em primeiro lugar quem é mais bem remunerado no Brasil: é o homem branco, em segundo lugar a mulher branca e em terceiro, o homem negro (preto ou pardo) e em quarto lugar a mulher negra (preta ou parda). Por isso, as mulheres brancas tendem a receber mais que homens negros e mulheres negras.

O próximo encontro pedagógico ficou agendado para as três semanas seguintes quando aconteceria o retorno das atividades de entrevista. E assim se efetivou. Este professor que escreve e a professora de sociologia do *Campus* nos organizamos para prestigiar e debater as entrevistas realizadas pelos estudantes. Em grupos de quatro estudantes, as entrevistas foram sendo apresentadas e polêmicas foram surgindo. Deste primeiro encontro, concluímos que os estudantes são bastante relutantes com a questão do negro e das cotas raciais. Neste momento, nós professores intervimos no debate, afirmando a questão da herança cultural, dos condicionantes sociais, da formação da personalidade segundo a psicanálise. A conclusão que chegamos é que há muito o que fazer para sensibilizar os estudantes para o debate e a questão racial na escola!

O Segundo Movimento: As novas atividades atingiram todas as turmas de estudantes do *Campus* e a maioria dos servidores. Primeiro, cabe ressaltar que planejamos e executamos os trabalhos a várias mãos: este que vos escreve com a Disciplina de Filosofia, a professora Rita de Cássia com a Disciplina de Iniciação Profissional, a professora Érica Oswald com Língua Portuguesa e a professora Juliana Palhares com Sociologia. Este momento de planejamento foi importante, pois pela Filosofia houve uma aproximação de diversos campos do conhecimento que puseram em sintonia suas disciplinas e seus conteúdos e mesmo suas práticas pedagógicas. Por isso, reafirmamos com Ghedin que “A questão interdisciplinar é epistemológica, antropológica e metodológica e possui também implicações éticas e políticas na prática da escola e do ensino” (GHEDIN, 2009, p. 110).

As atividades ocorreram em dois momentos. Com os estudantes do período noturno (três turmas), que são os que frequentam cursos subsequentes ao ensino médio, tivemos um encontro que durou quatro horas-aula no qual os professores se propuseram a abordar os temas do racismo, escravidão, profissionalização e escolarização do negro, inclusive a lei de cotas. Este encontro foi dividido em dois momentos.

No primeiro momento propusemos uma aula expositiva e dialogada. Não foi um momento tranquilo, pois há estudantes que resistem à ideia de que existe racismo no Brasil. Também quando se aborda a lei de cotas e a escolarização do negro, há muita divergência de pontos de vista. Mas embasamos nossas falas em dados do IBGE, fontes históricas e o debate foi muito produtivo e instigante. Já no segundo momento deste encontro, nos propusemos a comentar o documentário: "*História do Racismo: Um legado Selvagem*", que os cursistas UNIAFRO viram no decorrer do segundo módulo do aperfeiçoamento. Foi de muita valia, pois sensibilizou, chocou, e claro, surtiu os efeitos desejados. Deste grupo pedimos uma produção textual que ficou sob a responsabilidade da professora de Língua Portuguesa.

Já a atividade do *Griôt*¹⁰, foi construída com a turma do vespertino. Ressaltamos que não conseguimos uma pessoa negra com as características sugeridas para as atividades. Mas em contato com o movimento negro de Sapiranga, eles sugeriram o contato com a professora historiadora Dóris Rejane Fernandes, sapiranguense que tem doutorado e experiência na área de História, com ênfase em História agrária, fundiária, conflitos e relações de poder.

Dedicamos três horas-aula para este encontro. Foi muito importante, pois pudemos atingir não somente os estudantes do Ensino Médio Integrado, mas toda a comunidade do *Campus*: Estavam presentes grande parte do pessoal terceirizado que cuida da segurança, manutenção e limpeza do *Campus*, servidores técnicos administrativos, docentes e equipe gestora do *Campus*. A palestra foi conduzida com muito diálogo, abordando exatamente a presença do Negro em Saperanga, sua contribuição, a questão dos territórios negros da região, com bastante destaque para os Quilombos que existem na região de Taquara, Gramado.

A roda de conversa começou com a seguinte questão: Saperanga é terra de alemão? Qual a nossa identidade, quem nós somos? O que realmente tem de presença afro, indígena, alemã em nossa cidade? Todos nós estamos interligados pela história. E assim a palestrante conduziu a fase inicial da conversa: — momento para refletir sobre a discriminação; — reconhecer a presença negra nos espaços que vivemos; — aceitar o negro como parte da população — compreender a relação negros, colonos, brasileiros. Que liberdades deram aos escravos? Quem é negro? Todo indivíduo identificado com as características físicas e culturais afro; Como foi a construção da liberdade negra? Foi uma construção dura, sempre houve resistências — foi uma construção legal do abandono. Assim, fechou-se a parte introdutória da palestra-diálogo.

O Terceiro Movimento: No terceiro momento do curso de aperfeiçoamento *UNIAFRO* trabalhamos a dança, a música e instrumentos musicais, de origem africana. Os estudantes sugeriram e acatamos que se fosse trabalhado com a música popular africana e os estilos que mais se sobressaem é a

Kizomba, Kuduro, Zouk, Gnawa. Organizamos os estudantes para pesquisar instrumentos musicais que dentre outros deveriam contemplar: berimbau, atabaque, marimba, kora, agogô, afoxé. Também planejamos a pesquisa de alguns ritmos afros que são praticados no Brasil: Jango, Maracatu, Samba de roda e Capoeira.

Na sequência, selecionamos vídeos sobre capoeira para trabalhar com os estudantes na aula da tarde. Buscamos vídeos com o objetivo de trabalhar a questão das vestimentas, instrumentos musicais de matriz africana. E neste ponto o fizemos por conceber que o uso da imagem é uma fonte de reflexão e uma maneira de ampliar a compreensão de mundo. E neste sentido estamos de acordo com a seguinte tese: "Um processo de ensino-aprendizagem que usa a imagem como pretexto para pensar melhor faz-se necessário para auxiliar o processo de ressignificação do ensino de filosofia" (GHEDIN, 2009, p. 199). Aqui podemos destacar uma dificuldade: a disciplina de filosofia tem uma baixa carga horária nos currículos escolares e geralmente é um empecilho ao desenvolvimento de uma atividade de interpretação de filmes e documentários. Mas esta é outra questão.

Apesar das dificuldades iniciais da atividade, obtivemos o retorno dos estudantes e das suas atividades. Em geral ficamos muito satisfeitos com os resultados dos trabalhos. Tivemos muitas dificuldades para trabalhar a primeira parte da atividade proposta pelo módulo, devido à questão do tempo pedagógico destinado ao ensino de filosofia nas escolas. Mas como os estudantes vinham há três meses sendo expostos à temática afro-brasileira e estávamos trabalhando no projeto de forma integrada e com o horizonte da interdisciplinaridade, os

estudantes se apropriaram da ideia e foram em geral muito comprometidos com as temáticas propostas. Percebemos uma mudança na visão dos estudantes sobre a questão negra. Dois grupos citaram as atividades dos dois primeiros momentos e relacionaram os conceitos trabalhados. Em nossa discussão com professores envolvidos, salientou-se que atingimos os objetivos e provocamos algum progresso em questões constatadas nos momentos iniciais.

O Quarto e Último Movimento: Chegamos ao final das atividades práticas do curso de aperfeiçoamento *UNIAFRO* com os estudantes do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica com a sensação de que a diversidade é o principal traço da expressão humana, mas que ao mesmo tempo ela fundamenta o ódio e as relações de poder e apoderamento. Apesar de o curso, em Eletromecânica, durar quatro anos, é preciso dar conta de 1200 horas das disciplinas da área técnica e toda a carga horária do Ensino Médio Regular. Isso significa que a maioria das disciplinas trabalha com a carga horária mínima. No caso da disciplina de Filosofia, da qual sou titular, tenho um período semanal de 45 minutos, o que dificulta muito as coisas.

Neste módulo, trabalhei mais integrado com a professora de sociologia, o que amenizou um pouco a questão do tempo e enriqueceu o debate com os estudantes. A direção da nossa escola através do Diretor Geral e do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) apoiou sempre, tanto é que incentivou que fosse construído um projeto de ensino com registro na pró-reitoria de ensino. E neste ponto sabemos que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem não depende somente dos professores, pois a prática educativa

“Inclui todos os agentes e sistemas educativos envolvidos no processo, entre os quais a instituição escolar, o sistema formal de educação e o macrossistema social e cultural” (GHEDIN, 2009, p. 132).

No que diz respeito à atividade, em primeiro lugar propomos um debate sobre uma definição de “raça” proposto por Pierre van dan Berghe em 1967 no livro *Race and Racism: a Comparative Perspective*: “Raça pode significar um grupo de pessoas que é socialmente definido, numa determinada sociedade, com raízes comuns devido a cor da pele, tipo de cabelo, traços faciais, estatura e gosto”¹¹ (BERGHE, p. 1967, 18).

Os estudantes compreenderam, antes de tudo, que a única possibilidade de falar de raça é a partir deste conceito das ciências humanas. Ou seja, não é por uma tese das ciências da natureza que é possível “classificar” as pessoas, mas se é possível agrupar as pessoas, que seja pelo crivo de suas relações sociais. Neste sentido, trouxemos para o debate uma simples fala do professor Munanga que afirma no artigo *Algumas considerações sobre raça* que não é a “raça que cria problema, mas a diferença fenotípica por ela simbolizada e traduzida em desigualdade” (MUNANGA, 2005-2006, p. 56). Por isso, os estudantes foram capazes de afirmar que a igualdade entre os povos é muito mais uma questão de política e ética do que etnobiológica e que as diferenças são físicas e culturais; e que qualquer hierarquização fundamentada nestas diferenças desemboca em preconceitos. Mas ainda são muito resignados com a questão das cotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos estudantes, ficamos com a sensação de que alguns defendem a meritocracia como se todos partissem das mesmas condições e as escolhas dos indivíduos determinassem sua sorte no futuro. Por isso, há estudantes que constatarem o racismo somente nos outros, o que nos leva a compreender que estas ideologias são mantidas e aperfeiçoadas como “ferramentas” políticas. Por isso, concordamos que o enfrentamento das questões do racismo se farão também com “ferramentas” políticas e práticas educativas emancipadoras como essa proposta pelo UNIAFRO.

Mas ao final ficou pertinente para os estudantes que *Os Negros* são um grupo social com consciência política. Que pertencem a um grupo susceptível aos preconceitos e discriminação racial e que precisam, enquanto *Movimento Negro*, conquistar e consolidar direitos e garantias fundamentais que lhes foram e ainda são usurpados. E ainda destacamos que a identidade *Negra* não é a *priorística*, mas construída coletivamente na dinamicidade da vida social e das relações de cooperação e de poder que aí se estabelecem.

No que diz respeito a este professor de filosofia, cursista, marcou fortemente a importância do trabalho em equipe, a constatação de que os processos educativos de fato provocam mudanças de pensamento e atitude. Foi um aprendizado existencial e profissional, pois consegui aprofundar questões que dizem respeito ao próprio modo de compreender a vida e a relações humanas. Pelo lado profissional, aperfeiçoamos e qualificamos a posição de uma educação progressista, pública, equitativa e de qualidade e com algum traço de interdisciplinaridade.

NOTAS

¹Professor na Carreira EBTB no IFC (Instituto Federal Catarinense), *Campus* Videira, SC. Doutorando em Filosofia Social e Política pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: sergio.correa@ifc-videira.edu.br.

²Os termos Inter, Trans, Pluri, Multi e Disciplina que formam as palavras Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade, Pluridisciplinaridade e multidisciplinaridade significam: Disciplina seria um saber específico enquadrado dentro de uma visão única de mundo. Multidisciplinar e Pluridisciplinar é o estudo de um mesmo objeto por várias disciplinas. Transdisciplinar é um estudo de um objeto através e além de várias disciplinas. Supõe-se aqui não a totalidade, mas a complexidade e a diversidade! Já a interdisciplinaridade é o anseio pela totalidade, seria a junção de várias disciplinas para estudar um objeto onde ainda prevalece a ideia de disciplina. Para uma visão mais completa do tema sugerimos o texto: *O ensino de filosofia como uma estratégia contra a tarefa da interdisciplinaridade* de Charles Feitosa In: (KOHAN, 2004, pp. 87-99).

³Para mais sugerimos leitura de: GALLO, S. e GRISOTO A. A filosofia como disciplina escolar. In: *Revista do NESEF Filosofia e Ensino*. Expressões do filosofar e formação de professores. Curitiba. UFPR, vol. 2, nº 2, fev., mar., abr., mai., 2013, p. 5-19.

⁴Na época o *Campus* tinha 10 meses de funcionamento e era desconhecido da comunidade.

⁵Reprodução da fala de uma aluna.

⁶É um termo criado por Francis Galton (1822-1911), que a definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente.

⁷Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Ex2E4zKJqM Acesso em 19/01/2016 às 17h.

⁸BRASIL, Lei Nº 12.288, DE 20 de julho DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

⁹BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do

Brasil. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

¹⁰São os indivíduos que tinham o compromisso de preservar e transmitir histórias, fatos históricos e os conhecimentos e as canções de seu povo.

¹¹Tradução nossa.

REFERÊNCIAS

BERGHE, Pierre L. Van den. *Race and Racism: a Comparative Perspective*. NY; Sydney: Wiley, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.

FEITOSA, Charles. O ensino de filosofia como uma estratégia contra a tarefa da interdisciplinaridade. In.: KOHAN, Walter (org.). **Filosofia: caminhos para seu ensino**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GALLO, Silvio. A Filosofia no Ensino Médio e seu caráter interdisciplinar. In.: *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, vol. 1, nº 2, pp. 01-06, 2004.

GHEDIN, Evandro. *Ensino de Filosofia no Ensino Médio*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Relações Raciais e Diversidade cultural. In.: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 4, nº.1, pp. 34-45, jul. 2014.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre raça. In.: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROCHA, Simone. *Eugenia no Brasil: Análise do Discurso Científico no Boletim da Eugenia: 1929-1933*. Curitiba: CRV, 2014.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Ser negro no Brasil hoje*. São Paulo: Moderna, 1998.